

Contraponto

Jornal do Sindicato dos Servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro – Novembro de 2014 – Nº 71 – Ano 8
Av. Presidente Vargas, 509/11º andar – Centro – Rio de Janeiro
CEP 20071-003 – (21) 2215.2443

SISEJUFE FENAJUFE CUT

MOBILIZAÇÃO

Categoria garante inclusão de receitas para reajuste no Orçamento da União

A mobilização dos servidores do Judiciário Federal em todo o país, incluindo os do Rio, para garantir reajuste salarial demonstra que a categoria está no caminho certo na luta pela aprovação do PL 7.920/2014

Páginas 12 e 13

Leia Mais

Oficiais de justiça lutam por segurança no trabalho

Páginas 4 e 5

Sisejufe apresenta a sua nova direção

Páginas 6 e 7

Sisejufe apresenta pesquisa sobre condições de saúde

Página 9

Corte de FCs indigna servidores do TRT1

Páginas 10 e 11

Vitória contra separação das carreiras

Página 13



Oficinas para combater o estresse na Semana do Servidor no TRF2

Saúde do Servidor A ideia é esquecer os problemas e a rotina desgastante do trabalho

Tais Faccioli*

Música ambiente, mente desligada, olhos fechados, corpo relaxado... O clima de meditação foi proposto pela psicóloga Carolina Nane aos servidores que participaram da Oficina de Arteterapia, na abertura da Semana do Servidor no Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2). A ideia é esquecer os problemas e a rotina desgastante de trabalho. “A prática da Arteterapia é um recurso na gestão do estresse cotidiano. É um recurso para colorir a alma do indivíduo”, garante Carolina.

O grupo também manipulou massinhas coloridas, quase uma volta à infância. No final

da atividade, os participantes expressaram através da pintura o que estavam sentindo naquele momento. “Eu fiz um olho com cores que me lembra do Brasil. Verde é a esperança e amarelo a luz. O vermelho é só para colocar uma cor quente. Eu estou me sentindo bem mais leve, feliz”, afirma a servidora Edla Frazão Lopes.

Na Oficina de Saúde, os servidores puderam escolher entre acupuntura ou shiatsu express. “O shiatsu express é uma sessão de 15 minutos com massagem feita somente nas costas, na cabeça e nos membros superiores. O tempo é curto, mas é suficiente para relaxar e equilibrar a pessoa”,

diz a massoterapeuta Maria Zélia dos Santos Silveira. A servidora Renata Almeida optou pela acupuntura. “A gente passa o dia inteiro sentado, digitando processos no computador. Esta fugidinha é ótima para recuperar a energia. Estando com saúde, o funcionário trabalha muito melhor”, constata Renata.

A Oficina de Canto também fez sucesso. Durante meia hora, os servidores praticaram exercícios respiratórios, de aquecimento vocal e depois, claro, soltaram a voz. Segundo o professor Eduardo Feijó a música também é muito eficaz para combater o estresse: “Quando a gente canta ressoa a voz pelo nosso próprio corpo. E isso



é uma grande massagem corporal. O ato de cantar produz endorfina, que gera a sensação de prazer, bem-estar e alegria. Cantar também é bom para a alma e para o espírito. Além de ser uma grande diversão”.

A Semana do Servidor, organizada pelo Departamento de Saúde do Sisejufe aconteceu entre os dias 30 de outubro e 10 de novembro no TRF2 e nos foros da Justiça Federal da capital.

(*Da Redação.)

Contraponto

SISEJUFÉ: Filiado à FENAJUFÉ e à CUT
SEDE: Av. Presidente Vargas 509/11º andar
 Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443
PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Adriana Aparecida P. Tangerino, Adriano Nunes dos Santos, Alexandre G. dos Santos, Amadenison V. Ramos, Amaro das G. Faustino, Ângelo Henrique V. da Rocha, Célia Mara L. Latini, Cláudio Vieira de Amorim, Dulavim de O. Lima Junior, Edson Mouta Vasconcelos, Eduardo Ramos de Lima e Silva, Eliana P. Campos, Fábio Filardi da Silva, Fernanda Estevão Picorelli, Helena Guimarães Cruz, Joel Lima de Farias, Jorge Luiz F. de Queiroz, José Fonseca dos Santos, Jovelina Alves da Silva, Leonardo M. Peres, Lucena P. Martins, Lucilene L. Araújo de Jesus, Luís Amauri P. de Souza, Marcelo Costa Neres, Mariana Ornelas de A. G. Liria, Mário César P. D. Gonçalves, Maristela de Souza Vicente, Mauro Nilson F. dos Santos, Moisés Santos Leite, Neli da Costa Rosa, Olker G. Pestana, Ricardo de A. Soares, Ricardo Quiroga Vinhas, Ricardo S. Valverde, Rinaldo de Oliveira Moraes, Ronaldo Almeida das Virgens, Sidnei Barbosa Seixas, Sônia Regina Rezende, Soraia G. Marca, Valtér N. Alves, Willians F. de Alvarenga. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Vera Miranda.
EDIÇÃO: Fortunato Mauro – **REDAÇÃO:** Fortunato Mauro (MTb 20732) – Max Leone (MTb RJ/19002/JP) – Tais Faccioli (MTb 22185)

DIAGRAMAÇÃO: Deisedóris de Carvalho – **CONSELHO EDITORIAL:** Ricardo Quiroga Vinhas, Max Leone, Fortunato Mauro, Valtér Nogueira Alves e Vera Miranda. **IMPRESSÃO:** Taurus Editora e Gráfica Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade exclusiva dos autores. As cartas de leitor estão sujeitas a edição por questões de espaço. Demais colaborações devem ser enviadas em até 2 mil caracteres e a publicação está sujeita a aprovação do Conselho Editorial. Todos os textos podem ser reproduzidos desde que citada a fonte.



Impresso em Papel Reciclado. 8,2 mil exemplares.

Sisejufe apresenta pesquisa sobre condições de saúde no Judiciário fluminense em seminário da Fenajufe

Saúde do Servidor

Metas e razão produtivista agudizam o assédio moral e o adoecimento

Tais Faccioli*

Nos dias 10 e 11 de outubro, trabalhadores do Judiciário estiveram no Hotel Nacional, em Brasília, para participar do II Seminário Nacional da Fenajufe sobre Saúde do Servidor e Processo Judicial Eletrônico (PJe). O destaque dos debates foi a preocupação com o aumento do assédio moral e do adoecimento dos servidores a partir dos novos modelos de gestão, incluindo a implantação do PJe e o estabelecimento de metas. Também foi manifestada preocupação com o crescente número de casos de suicídio no Judiciário Federal, com o agravante de que nunca é reconhecido o nexo com o trabalho. A abertura do Seminário foi realizada pelos coordenadores da Fenajufe, Cleo Vieira, Inês de Castro, Jaqueline Albuquerque e Mara Weber.

Soraia Garcia e Helena Cruz, do Departamento de Saúde do Sisejufe, fizeram uma exposição acerca dos resultados da campanha “Sua Saúde é Nossa Pauta”, realizada em 2013 no Judiciário Federal no Rio de Janeiro, ocasião na qual o sindicato promoveu as Oficinas de Saúde em unidades da Justiça Federal, em diversos foros do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1) da capital e do interior e do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), o que mostrou

Debates constata o adoecimento de servidores e servidoras em virtudes da reestruturação produtivista do Judiciário. Temas debatidos apontam para o agravamento desse adoecimento e, junto à isso, a intensificação do assédio moral

A preocupação com o aumento do assédio moral e do adoecimento dos servidores a partir de novos modelos de gestão, incluindo a implantação do Processo Judicial Eletrônico e o estabelecimento de metas foi uma das preocupações e fortemente destacadas no III Seminário Nacional de Saúde da Fenajufe

a necessidade da realização de pausas durante o expediente para evitar sobrecarga aos trabalhadores.

Soraia e Helena também apresentaram os dados da pesquisa realizada entre 2012 e 2013, pelo Sisejufe, sobre as condições de saúde e de trabalho no Judiciário Federal carioca e fluminense. Os dados do estudo serão encaminhados aos tribunais para auxiliar na construção de políticas de prevenção a Saúde do Servidor e do combate ao assédio moral.

A pesquisa, feita com 1097 servidores, revelou, por exemplo, que metade dos consultados não considera as condições de trabalho adequadas e 23% sofrem pressão para realizar tarefas que não fazem parte das atribuições do cargo.

Debates constata o adoecimento do servidor

Temas como a “Reestruturação produtiva no Poder Judiciário da União: realidade das condições de trabalho e saúde

de servidores e magistrados, metas, processo eletrônico e qualidade da prestação jurisdicional”, tendo como painelistas Dionizio Gomes Avalhaes, da Federação Nacional dos Servidores do Judiciário nos Estados (Fenajud), e Mara Rejane Weber, da Fenajufe e “Novos modelos de gestão e saúde no trabalho (metas/intensificação, gestão por competência, GD)”, com Álvaro Merlo, professor e médico do trabalho, apontaram que tanto no Judiciário Federal como no Estadual, os servidores enfrentam problemas muito semelhantes no que diz respeito ao adoecimento funcional e que os principais problemas são de saúde mental, mas as pessoas não procuram ajuda por esse motivo, mas, sim, por fatores ligados a dores musculares.

Outros temas destacaram a “Saúde das servidoras e servidores em tempos de intensificação tecnológica do trabalho, gestão por competência e teletrabalho: diagnóstico e medidas de prevenção”, tendo como painelistas Rogério Dornelles, medicina do trabalho, que apresentou pesquisa realizada durante implementação do processo eletrônico, na Justiça Federal do Rio Grande do Sul, para quem o PJe é um sistema inacabado e ruim, que faz com que aumente o esforço dos servidores para cumprirem as metas; e “Experiências dos estados: apresentação das pesquisas e

trabalhos realizados”, no qual apresentadas a pesquisa realizada pelo Sintrajufe/RS (de 2008), especificamente com oficiais de justiça; a Identificação de fatores de adoecimento da Justiça Federal, apresenta-

do pela enfermeira Socorro Alécio, do Sindjus/AL, realizado com 150 servidores do Fórum de Maceió; e Combate ao Assédio Moral, de Daniel Luca, psicólogo assessor do Sintrajud/SP, com pesquisa realizada em 2007.

Por fim, em “Novos modelos de gestão: novos modelos de violência e intensificação do assédio moral”, tendo como painelistas Roberto Heloani, professor-titular da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas e professor conveniado junto à Université de Nanterre (Paris X).

Alguns indicadores de sofrimento no trabalho destacados da Pesquisa do Sisejufe

>> 50% não consideram adequadas as condições de trabalho;

>> 23% sofrem pressão para realizar tarefas que não fazem parte das atribuições do cargo;

>> 15% sentem que o trabalho é penoso e causa sofrimento;

>> 37% sentem-se nervosos, tensos ou preocupados;

>> 40% encontram dificuldades para realizar com satisfação suas atividades diárias;

>> 41% sentem-se cansados o tempo todo;

>> 21% estão ou estiveram em tratamento psicológico ou psiquiátrico nos últimos 12 meses;

>> 35% têm dores de cabeça frequentes.

Oficiais de justiça lutam p

Categoria Estudo do Sisejufe revela insegurança no exercício da função de oficiais de justiça que reivindi

Sisejufe encaminha requerimento pedindo que profissionais tenham autonomia para interromper diligências em áreas de risco

Tais Faccioli*

Letícia Hatab, oficial de justiça, recebe em média 18 mandados para cumprir por semana em Duque de Caixas, na Baixada Fluminense. Toda vez que entra no carro para fazer as diligências, o sentimento de medo e a tensão são inevitáveis. Ela sabe que é grande a possibilidade de se deparar com algum endereço em área de risco. “Querem que a gente entre nesses locais como se fossemos policiais. Mas a gente não tem treinamento para isso. Eu trabalho o tempo todo sozinha. São poucos os colegas que vão acompanhados de motorista. Se acontece alguma coisa durante uma diligência, quem vai saber?”, explica e pergunta a oficial, para quem situação piorou bastante nos últimos três anos, já que a instalação das

Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) provocou a migração da criminalidade da capital para outras regiões do estado.

Letícia Hatab lembra que já foi surpreendida por criminosos e depois liberada. A situação mais dramática, no entanto, aconteceu quando cobriu férias de um colega, em 2012. Ela verificou que o local que tinha de cumprir diligência era perigoso e comunicou ao juiz, que a orientou a procurar o batalhão da Polícia Militar da região. “Eu achei que o comandante ia dizer que não dava para cumprir o mandado. Mas ele resolveu montar operação policial. Entrei na comunidade dentro de um “caveirão” acompanhada de quatro policiais. Eu não estava usando colete à prova de balas. Um dos policiais me disse que não poderia garantir a minha integridade. Eu me senti completamente vulnerável naquela situação. Por sorte não aconteceu nada de errado. Mas se houvesse troca de tiros, quem garantir a minha segurança? Hoje você está com a polícia e amanhã se tiver que voltar na mesma área sozinha? Você já fica marcada pelos criminosos”, argumenta a servidora.

Letícia conta que alguns colegas que trabalham em municípios como São João de Meriti, Belford Roxo e Nova Iguaçu são abordados toda semana. Jane Debatin, que atua em São João de Meriti há 16 anos, diz que antes um ou outro local era mais

arriscado. “A gente conseguia fazer nosso trabalho porque, mesmo havendo tráfico, não havia armamento pesado. Agora não sabemos mais onde está o perigo. Você vê meninos com fuzis em plena luz do dia. Os moradores estão apavorados. E nós estamos muito mais expostos. O meu carro já foi roubado durante uma diligência”, lamenta a oficial de justiça.

O agravamento da violência relatado pelos oficiais de justiça também acontece em Niterói. Em agosto, um oficial foi sequestrado e barbaramente torturado por traficantes do Morro Souza Soares, em Santa Rosa, durante uma diligência. Os bandidos somente libertaram o servidor após confirmarem que ele não era policial e o próprio morador que receberia a intimação intervir pedindo que o trabalhador não fosse morto. Mesmo assim, os criminosos avisaram que se ele retornasse ao local seria assassinado.

Sisejufe entra com requerimento

Considerando os relatos de ameaças e situações de perigo vivenciadas por diversos profissionais, muitos já apresentam problemas psicológicos ou psiquiátricos, como síndrome do pânico, a assessoria jurídica do Sisejufe encaminhou requerimento administrativo à direção do Foro responsável pelos oficiais de justiça do estado do

Rio de Janeiro. No documento, a direção do sindicato pede a extensão para toda a Justiça Federal da Portaria Conjunta 02/2002.

O documento, editada pelos juízes das Varas Criminais Federais da cidade do Rio, em 6 de novembro de 2002, em reconhecimento à situação de insegurança permanente a que estão sujeitos os oficiais de justiça lotados na capital, concede autonomia ao servidor para interromper a diligência quando considerar que a área é de risco.

O sindicato pontua no requerimento que não há normativo semelhante para os oficiais que desempenham suas atribuições no interior do Estado, embora a existência de áreas de risco não se limite à cidade do Rio, sendo facilmente constatável que a instalação das UPP acabou por deslocar o eixo da violência da capital para outras áreas do estado, notadamente para o interior e para a Baixada Fluminense. E as agressões aos oficiais de justiça nesses locais têm sido recorrentes.

Estudo do Sisejufe revela insegurança no trabalho

A assessoria jurídica do Sisejufe anexou ao requerimento enviado à direção do Foro, relatório de Pesquisa sobre Saúde dos Servidores, feito pelo sindicato, em 2014, que aponta a seguinte realidade: 52% dos oficiais de justiça,

quando questionados sobre as atividades que lhe são mais penosas, apontaram as diligências em locais pouco urbanizados e/ou com histórico de violência, e 53% responderam “Sim” sobre se já sofreram algum tipo de acidente ou agressão no exercício da função. À pergunta “Você sentiu-se ameaçado no exercício da função?”, 82% responderam que afirmativamente, enquanto 38% informaram já terem tido bens particulares (roupas, automóvel, motocicleta, telefone) danificados e 22% dizem já terem tido algum desses bens furtado/roubado no exercício da função. Já 83% afirmaram não se sentirem seguros (segurança física e material) durante o exercício da função.

O requerimento foi encaminhado à direção do Foro a pedido do Núcleo de Oficiais de Justiça e Avaliadores Federais do Sisejufe (Nojaf). “A gente não quer deixar de fazer as diligências. A gente somente não quer fazer em local de risco. Tanto que, atualmente, para não prejudicar, por exemplo, uma pessoa que tenha feito pedido de benefício social e more em área dominada pela violência, eu tento conseguir o telefone da parte interessada para marcar o encontro em uma área segura. Peço que a pessoa leve fotos da moradia, laudos da doença que ela tem e faço a entrevista. Muitos colegas estão fazendo o mesmo. Então, se a gente tiver

A partir de Outubro

SISEJUF e **Multiplus**
apacitação

abrem as portas do mundo para você!

Cursos de Espanhol, Inglês e Francês com desconto para sindicalizados

(21) 3550-4610

Por segurança no trabalho

com melhores condições de trabalho. A violência é um dos grandes obstáculos ao desempenho de tarefas

amparo legal para não entrar em área de risco, vai trabalhar melhor. Hoje a decisão fica na mão dos juízes das varas”, explica a integrante do Nojaf e diretora do Departamento Jurídico, Mariana Liria.

Letícia Hatab torce para que o requerimento seja aprovado. Mas acredita que outras medidas precisam ser pensadas para aumentar a segurança dos oficiais. “A iniciativa do sindicato não elimina o risco que a gente corre, mas deixa respaldo para a gente se preservar. É o começo”, afirma a oficial.

Para Aline Gervásio, também oficial de justiça, é essencial que o requerimento encaminhado pelo Sisejufe seja apreciado em curtíssimo prazo. Ela está concluindo um trabalho no curso de MBA Executivo em Direito Público da Fundação Getúlio Vargas (FGV/RJ), no qual faz uma radiografia dessa nova realidade de violência em São Gonçalo, sua área de atuação. E aponta que os desafios precisam ser

enfrentados não apenas pelo Poder Judiciário, mas também pelas autoridades de Segurança Pública. “É preciso uma ação maior de Segurança Pública, para mapear essas áreas que passaram a receber criminosos que migraram da capital. E, também, seria importante que a política de pacificação chegasse a cidades como São Gonçalo, para que a gente tenha mais tranquilidade para trabalhar”, afirma Aline.

O coordenador do Núcleo dos Oficiais de Justiça (Nojaf) do Sisejufe, Marcio Cotta, também sugere ações proativas como a criação de uma Central de Apoio de Segurança. “Em situações de risco, teria alguém com expertise que pudesse, por telefone, tomar providências em relação ao controle da situação”, explica o dirigente sindical, informando que Nojaf planeja ainda criar uma campanha de valorização do trabalho dos oficiais de justiça.

Dentre as ações proativas, estão as propostas de criação

de Central de Apoio de Segurança; o mapeamento das novas áreas de risco no estado. Nessa questão, a Polícia Civil tem a chamada “mancha criminal”, que mostra dados atualizados das regiões mais violentas e o Ministério da Educação tem mapeamento semelhante para orientar professores que trabalham em escolas dentro de comunidades atingidas pela criminalidade. Os oficiais sugerem que se tenha acesso a esses mapeamentos; Colete à prova de balas – o Nojaf propõe a abertura de processo licitatório para aquisição de coletes (para a aquisição é necessária a autorização do Exército Brasileiro) e toda vez que um oficial de justiça tivesse uma ação em que fosse obrigado a cumprir um mandado de natureza de risco, como reintegração de posse, pudesse requisitar o colete.

*Da Redação.



Para que possam entrar em comunidades dominadas por traficantes de drogas, é necessário que os oficiais de justiça, no exercício de suas funções, se submetam às ordens e normas de criminosos

Atividades de raciocínio lógico animam aposentados e pensionistas no Sisejufe

Tais Faccioli*

Os aposentados foram desafiados a exercitar o raciocínio lógico durante a reunião mensal do Departamento de Aposentados e Pensionistas (DAP) do mês de outubro, que aconteceu na terça-feira, dia 28, no auditório do Sisejufe. A professora e fonoaudióloga Tathiana Tavares fez uma apresentação do método Supera, de ginástica cerebral e ensinou várias atividades para estimular a memória. O grupo aprendeu, por exemplo, a usar o Ábaco, espécie de calculadora milenar chinesa utilizada para fazer contas matemáticas. “Trabalhar o cérebro aumenta a quantidade de neurotrans-

missores e, como consequência, melhora o desempenho nas atividades do dia a dia”, explicou Tathiana.

A advogada Aracéli Rodrigues, da assessoria jurídica do sindicato, falou sobre o andamento das ações coletivas e tirou dúvidas dos aposentados. A coordenadora do DAP, Lucilene Lima, agradeceu a presença de todos e destacou que a adesão dos aposentados tem sido crescente nas reuniões mensais do departamento.

As reuniões do DAP acontecem sempre na tarde da última terça-feira de cada mês, no auditório do Sisejufe.

*Da Redação.



Foto: Tais Faccioli

Aposentados e pensionistas se encontram novamente para mais uma tarde de esclarecimentos e atividades lúdicas e de desenvolvimento intelectual

Corte de FCs provoca indigna

Categoria Trabalhadores diante da possibilidade da redução salarial se mobilizam e lutam para barrar pro

Fotos: Max Leone



No dia 7 de outubro, manifestação contou com a participação de mais de 300 servidores do TRT1, em torno do prédio da sede, na Avenida Antônio Carlos

Forma desrespeitosa com que alguns desembargadores do Órgão Especial trataram o assunto faz funcionários se mobilizarem contra aprovação de resolução

Max Leone
e Tais Faccioli*

O sentimento de revolta e indignação tomou conta dos servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1), no Rio. A maneira covarde e desrespeitosa com que alguns desembargadores do Órgão Especial do Tribunal encaminharam e aprovaram, em 2 de outubro, resolução que extingue 256 funções comissionadas (FC2 e FC3) serviu de combustível para mobilizar o funcionalismo. A medida arbitrária prejudicará servidores que amargarão perdas salariais. Diante do quadro, os funcionários do TRT1, com apoio da Direção do Sisejufe, desencadearam uma série manifestações e atos em repúdio à decisão do colegiado.

A extinção das FCs foi definida por nove votos a seis, após a proposta ser analisada por mem-

bros do Órgão Especial. A falta de verba para criação de novos cargos foi o motivo alegado por assessores da Administração para a adoção da medida. Assim, para criar 146 FC5 para assistente de juiz substituto, comissão de desembargadores propôs a extinção de 144 FC2 e 112 FC3, prejudicando 256 servidores. O auditório ficou lotado para a sessão, que durou quase quatro horas. “Essas pessoas terão decréscimo salarial exercendo as mesmas funções. Depois de anos sem reajuste nos salários, não dá para admitir que servidores tenham mais essa perda. Se existe a necessidade de criar a função comissionada para secretário de juiz substituto, que seja por meio de projeto de lei para ser votado no Congresso”, destacou Valter Nogueira Alves, diretor-presidente do Sisejufe.

A forma de encaminhamento da resolução foi condenada veementemente pelos diretores

do Sisejufe lotados no TRT1, embora considerem correta a criação das FCs de assistentes de juiz substituto. De acordo com Amauri Pinheiro, diretor do Sisejufe, no dia anterior à sessão de aprovação, o sindicato esteve na Secretaria do Órgão Especial para pedir uso da palavra durante o julgamento. “Fomos informados que somente poderíamos falar se fossemos parte do processo. A questão tratada era administrativa. Representante da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 1ª Região (Amatra) falou, mas a entidade não só foi a proponente da criação das FC5 para os juízes substitutos, portanto parte do processo, como também é do conselho do Órgão Especial”, explica Amauri.

Resposta é com mobilização

A mobilização contra a extinção das FCs é cada vez mais intensa. A categoria deliberou participar em peso da próxima sessão do Órgão Especial, marcada para o dia 6 de novembro. A decisão de estar presente foi tomada no dia 22 de outubro, após a comissão de servidores do TRT1 participar de reunião com o presidente do Tribunal, desembargador Carlos Alberto Araújo Drummond, para discutir

a possibilidade de revogação da resolução. O objetivo é demonstrar, ordeiramente, a completa insatisfação dos servidores com a forma desrespeitosa com a decisão de extinção das gratificações de funções. Todos estarão de luto neste dia.

Na audiência com o presidente do Tribunal, os componentes da comissão de funcionários - Willians Faustino (diretor do Sisejufe), Javier Rapp, Lena Wane, Sérgio Feitosa e Eduardo Brasil - questionaram o desembargador sobre a adoção de uma medida contra a resolução, pelo fato dela ter sido aprovada sem a apresentação de defesa do funcionalismo. O presidente Carlos Alberto Drummond reiterou seu voto contrário à resolução e explicou que regimentalmente não há o que ser feito. No entanto, afirmou que é preciso esperar a publicação da resolução para se saber o inteiro teor da medida. E somente a partir daí poderá ser questionada juridicamente. “Meu voto está mantido e todos sabem o que eu penso. Mas não há previsão no regimento de medida a ser adotada”, afirmou o desembargador.

A saída vislumbrada na reunião é a comissão, por meio do Sisejufe, requerer a ata e toda documentação, petições e

transcrições da sessão que aprovou a resolução e aguardar a publicação no Diário Oficial para que seja estudada, pelo Departamento Jurídico do sindicato, medida jurídica a ser adotada. A redação final da resolução deverá ser apresentada na próxima reunião do Órgão Especial. Uma possibilidade seria fazer pedido de reconsideração após a publicação da resolução.

Outra decisão tomada pela assembleia de 22 de outubro - que logo no começo foi feita leitura da moção de repúdio contra a forma desrespeitosa com que a resolução foi aprovada - é mobilizar, também, os servidores das varas e dos gabinetes tendo em vista que todo o funcionalismo corre risco de vir a perder também suas FCs. A comissão também ressaltou que não aceitará propostas como, segundo informações, de que o texto final da resolução excluíssem servidores de setores como a Corregedoria e a Escola de Magistratura da perda das FCs.

Movimento ganha força

Em manifestação, no dia 14 de outubro, os servidores do TRT1 apontaram novas diretrizes de mobilização contra a resolução que extinguiu as 256 FCs. Os manifestantes aprovaram

Moção entre servidores do TRT1

ato que retira-lhes gratificações para a cobertura de atividade administrativa que poderia ser resolvida por lei

Vigoroso ato em frente ao prédio do TRT1 demonstrou que a categoria naquele Tribunal não ficou nada satisfeita com a atitude do Órgão Especial que diminuiu rendimentos de servidores



moção de repúdio às palavras desrespeitosas do desembargador Marcelo Augusto Souto de Oliveira contra os servidores, na sessão em que foram extintas as funções comissionadas. Um abaixo-assinado começou a ser passado contra a aprovação da resolução. No ato, o diretor do Sisejufe Amauri de Souza disse que retirar dos servidores funções comissionadas desvaloriza as ações administrativas do tribunal: “Querem quebrar a espinha dorsal da Justiça do Trabalho. Temos que nos juntar para valorizar o setor adminis-

trativo, valorizar nossos servidores. Esse é o primeiro marco da resistência dos servidores da Justiça do Trabalho”.

O servidor do Tribunal Sergio Feitosa pediu aos presentes na manifestação que se mobilizem e lutem pela honra da Justiça do Trabalho, que, segundo ele, está sendo ameaçada por vários processos de sucateamento. Também funcionária do Tribunal, Rosângela Ferreira foi aplaudida pelos colegas ao defender os seis desembargadores que votaram contra a resolução. Ela fez uma carta relatando

que considera injusto, ilegal e desumano o fim das FCs. No documento, ela argumenta – baseada no número de juízes substitutos em atividade e nas vagas que serão ocupadas por meio de um concurso que está em andamento – que o TRT1 não precisa criar novas funções comissionadas para assistentes de juízes substitutos.

Rosângela encaminhou o texto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), aos desembargadores do TRT1, aos magistrados titulares e substitu-

tos da 1ª Região e à Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho (Anajustra). E aguarda o posicionamento dessas entidades e dos magistrados.

O diretor do Sisejufe Willians Faustino informou que o Departamento Jurídico do sindicato entrou com pedido administrativo no Tribunal para que encaminhe cópia da ata da resolução que extinguiu as FCs, a fim de embasar uma possível ação judicial para tentar suspender a decisão. Segundo ele, diante do conteúdo dos documentos, o Departamento Jurídico estudará qual a melhor forma de proceder no caso.

No dia 7 de outubro, manifestação contou com a participação de mais de 300 servidores do TRT1, em torno do prédio da sede, na Avenida Antônio Carlos. Vestidos de preto, os manifestantes declararam solidariedade aos colegas que serão afetados pela decisão que vai provocar perdas salariais. No protesto, os servidores aprovaram moção de repúdio ao discurso do desembargador Marcelo Augusto de Oliveira no julgamento da semana anterior, entre outros pontos. O magistrado foi um dos nove que votaram a favor da extinção das FCs. Os servidores alegam que sem eu discurso, o magistrado

teria se dirigido aos servidores de forma desrespeitosa. “Não aceitamos a forma como fomos tratados na sessão do Órgão Especial. Estamos de luto pelos cortes nas gratificações. Não fui afetada. Mas acho um absurdo o que fizeram com meus colegas e vim prestar solidariedade”, disse Maria Aparecida Lírio, servidora do Tribunal.

O caminho é a negociação

O representante de base do Sisejufe e coordenador da Fena-jufe, Roberto Ponciano, afirmou na ocasião que o sindicato oferecerá toda a estrutura jurídica necessária para tentar a revogação da resolução. Mas avalia que o caminho mais certo é a negociação. O servidor Antonio Carlos Gentile Muglia, que está entre os que perderam suas funções comissionadas, se mostrou revoltado com a decisão dos desembargadores do TRT1: “Essa resolução demonstra falta de sensibilidade e desconhecimento acerca do funcionamento de um Tribunal de Justiça. Sem administração não há meios para que a atividade fim, ou seja, o trabalho nas varas possa funcionar”. A manifestação terminou com caminhada silenciosa em volta do TRT1.

*Da Redação.



Sisejufe apresenta

Nova gestão no Sisejufe Nova diretoria do sindicato junta a experiência dos que continuam com o

Diretores, representantes de base e demais trabalhadores encontram na estrutura, em seus departamentos e núcleos, do sindicato espaço para a luta específica ou geral da categoria



A nova direção do Sisejufe já está em atividade. Diretores novos e dirigentes que continuaram na gestão manterão a luta por novas conquistas da categoria, como a aprovação do PL 7.920/14, que garante reajuste salarial para os servidores do Judiciário Federal.

Confira abaixo a Estrutura de Funcionamento da diretoria Colegiada do Sisejufe.

Departamento de Administração e Finanças

Tem as seguintes atribuições: zelar pelo patrimônio do sindicato; gerir os recursos financeiros, humanos e materiais; acompanhar e dar suporte ao Conselho Fiscal; organizar a Assembleia Anual de Prestação de Contas; planejar e executar a gestão financeira e administrativa do sindicato; estabelecer parcerias e convênios para categoria.

São membros: Valter Nogueira Alves (diretor-presidente), Sonia Regina Rezende (vice-presidente), Ronaldo Almeida das Virgens (diretor de Administração de Recursos Financeiros), Lucena Pacheco Martins (diretora de Administração e Recursos Humanos e Materiais), Dulavim de Oliveira Lima Junior (diretor de Negociação e Jurídico), Edson Mouta Vasconcelos (diretor de Ligação com Associados, Entidades Sindicais e de Classe), Ricardo de Azevedo Soares, Ricardo (diretor de Secretaria - Tecnologia de Informação e Gestão Documental) Quiroga Vinhas (diretor de Imprensa) e Lucilene Lima Araújo de Jesus (diretora do Departamento de Aposentados e Pensionistas).

Departamento Jurídico

Tem seguintes atribuições:

coordenar, orientar e encaminhar as ações jurídicas da categoria; acompanhar os procedimentos jurídicos dos tribunais superiores e conselhos nacionais; acompanhar as jurisprudências da categoria e dos movimentos sociais; representar o sindicato no Coletivo Nacional Jurídico da Fenajufe.

Coordenação: Dulavim de Oliveira Lima Junior

São membros: Valter Nogueira Alves, Ronaldo Almeida das Virgens, Ricardo de Azevedo Soares, Soraia Garcia Marca, Fernanda Estevão Picorelli, Mariana Ornelas de Araújo Góes Liria, Rinaldo de Oliveira Moraes e Mario Cesar Pacheco Dias Gonçalves.

Departamento de Imprensa

Tem as seguintes atribuições: coordenar e executar a edição dos veículos de comunicação do sindicato; participar das atividades nacionais de comunicação da federação; representar a Diretoria nos eventos de comunicação do movimento social; responsável pela produção de cartilhas, boletins, camisetas, faixas, todo e qualquer material gráfico, impresso, virtual e on-line; alimentar e atualizar a página eletrônica do Sisejufe na Internet; receber e responder o "Fale Conosco" da referida página eletrônica.

Coordenação: Ricardo Quiroga Vinhas.

São membros: Luís Amauri Pinheiro de Souza, Fernanda Estevão Picorelli, Edson Mouta Vasconcelos, Lucena Pacheco Martins, Mauro Nilson Figueiredo dos Santos, Célia Mara Lima Latini, Fernanda Guimarães Lauria, Sonia Regina Rezende e Valter Nogueira Alves.

Departamento de Aposentados e Pensionistas

Tem as seguintes atribuições: programar e programar a política de aposentados e pensionistas; encaminhar a luta pela aposentadoria digna e valorizada, com paridade com os ativos; incentivar e promover a organização dos servidores aposentados, integrando-os nas atividades do sindicato.

Coordenação: Lucilene Lima Araújo de Jesus

São membros: Amadenison Vieira Ramos, Neli da Costa Rosa, Olker Guimarães Pestana, Amaro das Grassas Faustino (diretores). Também compõem o departamento os representantes sindicais Francisco Costa de Souza e Roberto Antônio da Motta. É composto por integrantes da Diretoria e de todos os sindicalizados da área.

Departamento de Movimentos Sociais

Tem as seguintes atribuições: estabelecer relação com o conjunto dos movimentos sociais; participar das atividades e coletivos da Central Única dos Trabalhadores (CUT); encaminhar para Direção a solicitação de apoios políticos e financeiros ao movimento social.

Coordenação: Edson Mouta Vasconcelos

São membros: Célia Mara Lima Latini, Dulavim de Oliveira Lima Junior, Ricardo Quiroga Vinhas, Fernanda Guimarães Lauria, Ricardo de Azevedo Soares, Soraia Gar-

cia Marca e Marcelo Costa Neres.

Departamento de Formação e Capacitação Profissional

Tem as seguintes atribuições: organizar seminários, cursos e oficinas de formação; construir agenda de formação para a qualificação dos servidores, com parcerias externas e cursos on-line de qualificação do interesse da categoria e que podem gerar Adicional de Qualificação (AQ); investir fortemente em ações de formação sindical assim como planejar atividades de formação sindical e de qualificação profissional para os polos da categoria que ficam em cidades fora da região metropolitana.

Coordenação: Ricardo Soares Valverde.

São membros: Eduardo Ramos de Lima e Silva, Alexandre Graciano dos Santos, Jovelina Alves da Silva e Valter Nogueira Alves.

Departamento de Cultura e Lazer

Tem as seguintes atribuições: organizar atividades desportivas e culturais; ampliar o leque de atividades nas áreas de cultura, de lazer e de formação, visando à diversificação, mas sem perder a continuidade das atividades vinculadas à cultura de resistência; ampliar a diversificação na programação cultural do Sisejufe bem como as ações de estímulo à prática de esporte e de atividades que elevem a qualidade de vida; promover atividades culturais e de lazer

para os polos da categoria que se localizam em cidades fora da Região Metropolitana.

Coordenação: Adriano Nunes dos Santos.

São membros: Adriana Aparecida Pereira Tangerino, Helena Guimarães Cruz, Joel Lima de Farias, Lucena Pacheco Martins, Fernanda Guimarães Lauria, Fernanda Estevão Picorelli, Maristela de Souza Vicente, Soraia Garcia Marca, Jovelina Alves da Silva e Amadenison Vieira Ramos.

Departamento de Formação Sindical e Resgate Cultural

Tem as seguintes atribuições: organizar seminários, cursos e oficinas de formação, atividades de Formação Sindical para diretoria, representantes sindicais, lideranças da categoria e demais interessados; promover atividades de integração e apresentação do sindicato para os servidores, demonstrando o real papel da entidade nas lutas da classe trabalhadora; promover atividades de integração e resgate cultural, tais como oficinas de cultura popular, samba choro, curso de percussão, botequins culturais do servidor; seminários sobre organização sindical para dar conhecimento à categoria sobre o papel das entidades que organizam as lutas gerais (centrais sindicais, federações, sindicatos).

Coordenação: Willians Faustino de Alvarenga.

São membros: Luís Amauri

a sua nova direção

vigor dos agora chegam para se somarem à luta permanente da categoria para mais três anos de gestão

Foto: Fortunato Mauro



Pinheiro de Souza, Ricardo Quiroga Vinhas, José Fonseca dos Santos, Fernanda Guimarães Lauria, Adriano Nunes dos Santos e Eliana Pinto Campos.

Departamento de Saúde

Tem as seguintes atribuições: discutir, formular e encaminhar lutas por melhores condições e relações de trabalho visando à saúde dos trabalhadores do Judiciário; apoiar os servidores com orientação e acompanhamento, inclusive com assessoria técnica e jurídica, nas questões relativas à saúde e condições de trabalho; reivindicar condições de trabalho adequadas para os serviços médicos dos tribunais e tratamento justo para os trabalhadores com problemas de saúde; combater o assédio moral.

Coordenação: Helena Guimarães Cruz.

São membros: Marcelo Costa Neres, Soraia Garcia Marca, Neli da Costa Rosa, e Adriano Nunes dos Santos.

Departamento de Tecnologia de Informação e Gestão Documental

Tem as seguintes atribuições: modernização e preservação do acervo documental do Sisejufe; projeto memória do Sisejufe para disponibilização do acervo digital da memória documental e fotográfica do Sisejufe; outras atribuições correlatas.

Coordenação: Maristela de Souza Vicente.

São membros: Dulavim de Oliveira Lima Junior, Ricardo de Azevedo Soares, Jovelina Alves da Silva e Ronaldo Almeida das Virgens (diretores).

Departamento de Contratos e Convênios

Tem as seguintes atribuições: acompanhamento e gestão dos contratos do Sisejufe; ampliação e acompanhamento dos convênios do Sisejufe em área de interesse da categoria.

Coordenação: Soraia Garcia Marca.

Membros: Fabio Filardi da Silva, Jorge Luiz Flores de Queiroz, Eduardo Ramos de Lima e Silva e Jovelina Alves da Silva.

Departamento de Integração Regional

Tem as seguintes atribuições: acompanhar e encaminhar as demandas do interior do estado, da Baixada Fluminense e da Região Metropolitana; estabelecer parcerias com outras coordenações para ampliação das políticas e ações do sindicato para o servidor.

Coordenação: Moisés Santos Leite.

São membros: Alexandre Graciano dos Santos, José Fonseca dos Santos, Leonardo Mendes Peres, Edson Mouta Vasconcelos, Claudio Vieira de Amorim, e Olker Guimarães Pestana.

Departamento de Modernização de Infraestrutura e Acessibilidade

Tem as seguintes atribuições: modernização e preservação do acervo documental do Sisejufe; projeto memória do Sisejufe para disponibilização do acervo digital da memória documental e fotográfica do Sisejufe; outras atribuições correlatas.

Coordenação: Ricardo de Azevedo Soares

São membros: Maristela de Souza Vicente, Ronaldo Almeida das Virgens, Valter Nogueira Alves e Dulavim de Oliveira Lima Junior.

Departamento de Contratos e Convênios

Tem as seguintes atribuições: acompanhamento e gestão dos contratos do Sisejufe, Ampliação e acompanhamento dos convênios do Sisejufe em área de interesse da categoria.

Coordenação: Soraia Garcia Marca (diretora)

São membros: Fabio Filardi da Silva, Jorge Luiz Flores de Queiroz, Eduardo Ramos de Lima e Silva e Jovelina Alves da Silva.

Núcleo dos Oficiais de Justiça e Avaliadores Federais (Nojaf)

É composto pelos integrantes da diretoria, por representantes de base e de todos (as) os (as) sindicalizados (as) dessa área de atividade.

Tem as seguintes atribuições: organizar os trabalhadores oficiais de justiça avaliadores federais em suas reivindicações específicas; reivindicar condições propícias para exercer as atribuições do cargo; elaborar e encaminhar à direção políticas específicas para a área; participar de atividades regionais e nacionais da área; realizar no mínimo um encontro mensal.

Coordenação: Márcio Loureiro Cotta

São membros: Cláudio Vieira de Amorim, Amaro das Grassas Faustino, Mariana Ornelas de Araújo Góes Líria e Isaias Jack Ximenes.

Núcleo de Agentes de Segurança (NAS)

É composto pelos integrantes da diretoria, por representantes de base e de todos (as) os (as) sindicalizados (as) dessa área de atividade.

Possui as seguintes atribuições: reivindicar condições propícias para exercer as atribuições do cargo, como treinamento, instrumentalização e capacitação; consolidar e manter a Gratificação de Atividade de Segurança (GAS); organizar os trabalhadores agentes de segurança em suas reivindicações específicas; combater a terceirização na Segurança Judiciária;

discutir a criação de uma polícia judicial; realizar no mínimo um encontro do segmento por mês.

Coordenação: Wallace Nascimento da Silva.

São membros: Valter Nogueira Alves, Joel Lima de Farias, Adriano Nunes dos Santos, José Fonseca dos Santos e Moises Santos Leite, Alexander Fernando Vieira, Carlos Eduardo Lemos Nani, Carlos Henrique Ramos da Silva, David Gonçalves Soares, Nilton Alves Pinheiro, Otton Cid da Conceição, Paulo Cesar Nascimento de Lira e Roberto Ribeiro do Amaral.

Núcleo de Pessoas com Deficiência (NPCD)

É composto pelos integrantes da diretoria, por representantes de base e de todos (as) os (as) sindicalizados (as) com os sem deficiência.

Tem as seguintes atribuições: elaborar e encaminhar à direção políticas específicas para essa área de atuação; organizar os servidores com deficiência e recebê-los em suas reivindicações; articular-se com outras organizações e movimentos de pessoas com deficiência na luta por seus direitos.

Coordenação: Dulavim de Oliveira Lima Junior.

São membros: Ricardo de Azevedo Soares, Dulavim de Oliveira Lima Junior, e Mario Cesar Pacheco Dias Gonçalves.

Núcleo de Gênero e Raça

É composto pelos integrantes da diretoria, por representantes de base e de todos (as) os (as) sindicalizados (as) que se dispuserem a lutar nessa área.

Tem as seguintes atribuições: combater o sexismo, o machismo, o racismo e a homofobia no Judiciário Federal e na sociedade; elaborar e encaminhar reivindicações que favoreçam o fim das discriminações nas relações de trabalho e no movimento sindical; articular-se no movimento sindical e com movimentos sociais sobre temas afins.

Coordenação: Roberto Ponciano Gomes de Souza Junior.

Membros: Neli da Costa Rosa, Fernanda Guimarães Lauria, Willians Faustino de Alvarenga, Ricardo Quiroga Vinhas, Flávio Braga Prieto da Silva, Pedro Paulo Gasse Leal e João Ronaldo Mac-Cormick da Costa.

Núcleo de Carreira e Relações de Trabalho

É composto por integrantes da diretoria, por representantes de base e de todos (as) os (as) sindicalizados (as) que queiram militar nessa área.

Tem as seguintes atribuições: Discutir, sistematizar e encaminhar para a Direção do Sisejufe, para a categoria e para o Núcleo de Carreira e Relações de Trabalho Nacional, propostas e projetos para a carreira judiciária.

Coordenação: Valter Nogueira Alves.

São membros: Dulavim de Oliveira Lima Junior, Ronaldo Almeida das Virgens, Soraia Garcia Marca, Lucilene Lima Araújo de Jesus, Edson Mouta Vasconcelos e Ricardo Quiroga Vinhas, Roberto Ponciano Gomes de Souza Junior e João Ronaldo Mac-Cormick da Costa.

Coletivo de Técnicos Judiciários (Cotec)

É composto por integrantes da diretoria, por representantes de base e de todos (as) os (as) sindicalizados (as) que exercem esse cargo no Judiciário Federal no estado do Rio de Janeiro.

Tem as seguintes atribuições: discutir a valorização dos técnicos judiciários através de mudanças na carreira, além de questões vinculadas às atividades gerais e especializadas do cargo.

Coordenação: Mauro Nilson Figueiredo dos Santos.

São membros: Dulavim de Oliveira Lima Junior, Eduardo Ramos de Lima e Silva, Ronaldo Almeida das Virgens, Sonia Regina Rezende, Luís Amauri Pinheiro de Souza, Roberto Ponciano Gomes de Souza Junior e João Ronaldo Mac-Cormick da Costa.

Diversidade e história no acervo de filmes do Sisejufe

Cultura Servidor aposentado propõe exibição de filmes, muitos clássicos, em “maratona cultural”

Arquivo catalogado por Denison Ramos, do Departamento de Aposentados e Pensionistas (DAP), do Sisejufe, completa um ano e oferece um bom acervo de variado gênero filmes clássicos e não clássicos

Tais Faccioli*

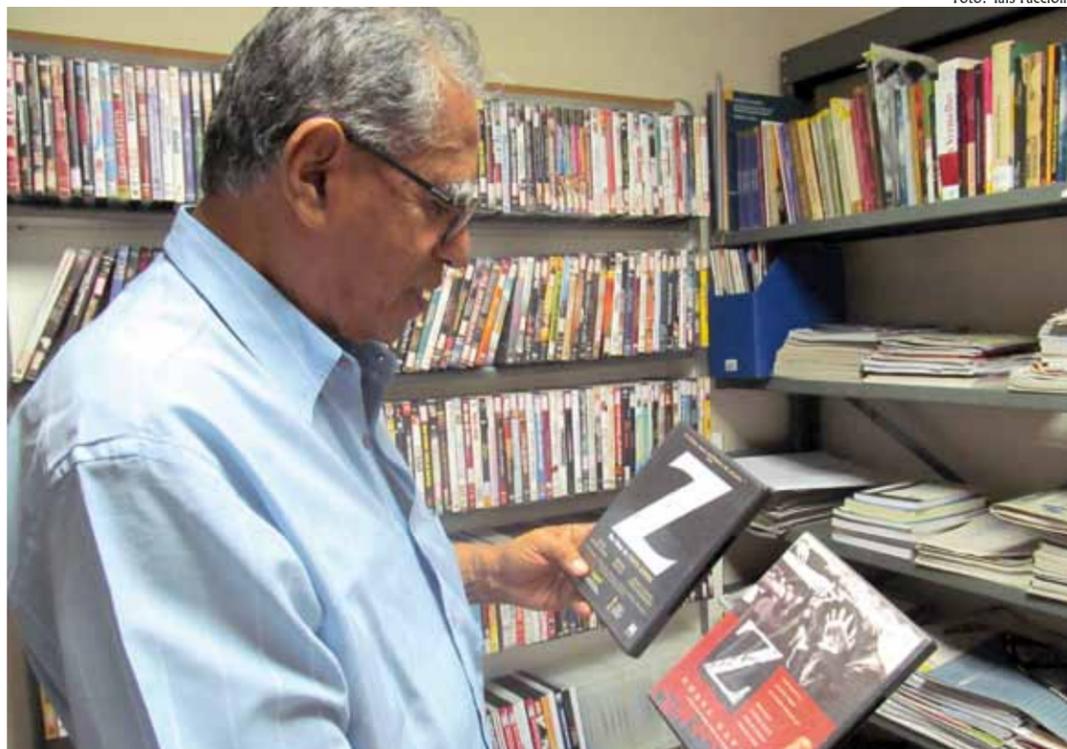
A sala do curso de Informática do Sisejufe guarda uma preciosidade: um acervo com 600 filmes dos mais variados gêneros. O arquivo que contem o acervo, organizado por Denison Ramos, um dos diretores dos departamentos de Aposentados e Pensionistas (DAP) e de Formação Sindical e Resgate Cultural, está completando um ano, com a promessa de muitas novidades.

Denison relembra de quando começou a catalogação, em agosto de 2013, quando era aluno do curso de Informática do Sisejufe: “Sempre quando eu vinha para a aula de Informática, olhava todos aqueles DVD e ficava fascinado com a diversidade de temas. Um dia perguntei ao gerente-administrativo do sindicato o por que de o acervo não ser liberado para os sindicalizados e ele informou que ainda não estava ordenado e não tinha ninguém responsável pelo acervo”.

O aposentado decidiu assumir a missão de organizar o material. As segundas, quintas e sextas-feiras ele passava o dia inteiro no sindicato analisando os filmes e pesquisando as sinopses. Depois de três meses, todos os DVD estavam devidamente catalogados em três listas diferentes: por ordem alfabética, por ordem numérica e por gênero (ação, animação, aventura, comédia, documentário, drama, épico, ficção, guerra, jazz, musical, policial,

rock, romance, suspense, terror, terrorismo e western). “Eu organizei dessa maneira para facilitar a consulta. Eu também indico os filmes premiados e cito o país de origem, quando não é produção de Hollywood”, aponta Denison. A lista será disponibilizada para consulta e empréstimo aos sindicalizados no site do Sisejufe. Tão logo essa metodologia fique pronta, será feita a devida divulgação.

Para o ex-servidor, o melhor filme do acervo é “Cidadão Kane”, drama estadunidense em preto e branco estrelado e dirigido por Orson Welles, que conta a controversa vida do magnata William Randolph Hearst, envolvendo poder, corrupção, vaidade e a perda do “sonho americano”. São quase



Denison Ramos fez da “Filмотeca” do Sisejufe seu espaço diário de trabalho nesses últimos meses e o fez com prazer

quatro horas de produção, em dois DVD.

Entre as raridades, Denison destaca o drama “O diário de Anne Frank”, ambientado na 2ª Guerra Mundial e o documentário “Corações e mentes”, sobre a Guerra do Vietnã. Para quem se interessar pelo acervo, o aposentado elaborou uma lista com dez filmes imperdíveis (Box). “Acho que alguns clássicos também poderiam ser exibidos em uma maratona cultural aqui

no auditório do Sisejufe, com debate após cada sessão”. Denison cita alguns filmes que bem poderiam ser apresentados e debatidos. São eles “Outubro”; “Hércules 56”; “A greve”; “Adeus Lenin”; “Balzac e a costureirinha chinesa”; “Nixon”; “Jimi Hendrix”; “Hoffa”, “Um homem, uma lenda”; “Estado de sítio”; “Frida”; “Sacco & Vanzetti” e “Z”.

Denison deseja, agora, organizar a Biblioteca do sindicato.

“Esse espaço tem livros muito bons. Tem muitas obras de Karl Marx, Graciliano Ramos, Jorge Amado entre outros. Eu propus ao Departamento de Formação Sindical e Resgate Cultural de ficar responsável por este setor também. Seria uma oportunidade maravilhosa, já que eu adoro Literatura”, conclui sorridente o diretor do Sisejufe.

*Da Redação.

Os dez mais de Denison

Denison Ramos não contente em organizar o acervo, se deu ao trabalho de organizar a sua preferência dentre tantos filmes (que também são muito interessantes. Vejamos “Os demais mais de Denison”:

1 – O encouraçado Potekin – Rússia czarista, 1905. Um levante dos marinheiros no encouraçado que pressagiou a Revolução de 1917. Drama. Rússia. 73 min.

2 – Os deuses vencidos – História da 2ª Guerra Mundial, do ponto de vista de ambos os lados. Drama

/Guerra. P&B. 168 min

3 – A vida é bela – Durante a Segunda Guerra Mundial. A história de um homem que usou a imaginação e seu infatigável espírito para salvar aqueles a quem mais amava.

4 – Adeus, minha concubina – As violentas transformações históricas do século XX: do Império, à ocupação japonesa, e à Revolução Cultural na China. 12 anos. Drama. China. 180 min.

5 – De olhos bem fechados – Numa festa, a esposa confessa que sentiu atração por outro no passado, e que seria capaz de abandonar a família por ele. O

esposo fica transtornado com esta confissão. Reino Unido. 59 min.

6 – A idade da Terra – Inspirado em um poema de Castro Alves, este filme retrata a situação política, cultural e racional do Brasil, no final dos anos 1970. Último filme do Glauber Rocha. 18 anos. 1980.

7 – A m passo da eternidade – Paixão e tragédia colidem numa base militar dos EUA, em Pearl Harbor, a qual será destruída pelos japoneses. 14 anos. 2006.

8 – E o vento levou – As mudanças ocorridas nos Estados Confederados, durante

a Guerra Civil Americana. Livre. 2001. Épico. 134 min. Ação. P&B. 118 min.

9 – Assim caminha a Humanidade – História de três gerações de influentes texanos, e seus conflitos familiares, amorosos, raciais e as disputas entre pecuaristas. 12 anos. 2007. Drama. 2DVDs. 108 min./93 min.

10 – Casablanca – O filme conta um drama romântico na cidade marroquina de Casablanca sob o controle do da França de Vichy. 1942. Drama. 102 min.

AQ decorrente de ações de treinamento não terá mais desconto previdenciário

Desconto PSS CJP altera artigo da resolução que previa a inclusão do adicional na base de cálculo

Os servidores do Judiciário Federal não vão sofrer mais desconto previdenciário sobre o Adicional de Qualificação (AQ) decorrente de ações de treinamento. O Colegiado do Conselho da Justiça Federal (CJF) aprovou, em 29 de setembro, a exclusão do adicional da base de cálculo do Plano de Seguridade Social (PSS) do próprio CJF e da Justiça Federal de 1º e 2º graus. O órgão alterou o Artigo 28 da Resolução 126, de 22/11/2010, que dispõe sobre a concessão do adicional.

Conforme o conselheiro relator da proposta, desembargador Cândido Ribeiro, não há dúvida de que o Adicional de Qualificação por ações de treinamento é um benefício provisório e, por essa razão, não é incorporado à aposentadoria dos servidores. Sendo assim, não deve integrar o cálculo do desconto do PSS. “O regime previdenciário dos servidores públicos, ora vigente no Brasil, tem caráter nitidamente contributivo. Conseqüentemente, somente as parcelas da remuneração que compõem os proventos da inatividade podem ser objeto da incidência

da contribuição previdenciária”, sustentou o magistrado em seu voto.

Anteriormente, a natureza remuneratória atribuída ao AQ por ações de treinamento era prevista na Portaria Conjunta 1/2007, dos tribunais superiores e respectivos conselhos. O ato regulamentou a concessão do adicional com base no parágrafo 1º, da Lei 10.887/04. “Esse posicionamento inicial se justificava. Havia, então, fundadas dúvidas a respeito da natureza jurídica do referido adicional, se remuneratória ou se indenizatória”, explicou o conselheiro Cândido Ribeiro.

Para o desembargador, o entendimento sobre o tema evoluiu depois de várias decisões do Supremo Tribunal Federal (STF). O posicionamento pacificado atualmente é no sentido de que somente as parcelas incorporáveis ao salário do servidor, para efeito de aposentadoria, sofrem incidência da contribuição previdenciária. “Na mesma direção, caminhou o Superior Tribunal de Justiça (STJ)”, pontuou o relator, esclarecendo que a ministra Eliana Calmon, relatora da matéria no



STJ, entendeu por oferecer ao AQ por ações de treinamento o mesmo tratamento da gratificação natalina, do adicional de férias, do serviço extraordinário, e de outras parcelas que não integram os proventos de aposentadoria, por possuírem caráter transitório. Dessa forma, a nova redação ao Artigo 28 da Resolução 126/2010 estende aos servidores do CJF e da Jus-

tiça Federal de 1º e 2º Graus o mesmo entendimento firmado administrativamente no STJ.

Cândido Ribeiro salientou, ainda, que, por consequência, excluir o AQ decorrente de ações de treinamento da base de incidência da contribuição previdenciária dos servidores, a nova redação do Artigo 28 revoga o Artigo 24 da mesma resolução. O dispositivo, ao

tratar da incidência do PSS sobre o AQ, previa que, enquanto recebido, o adicional integraria a remuneração contributiva para efeito de cálculo da aposentadoria – entendimento superado no quadro atual.

Da Redação do Sisejufe, com informações do Conselho da Justiça Federal.

Aumento do teto de passivos fica para o Orçamento de 2015

Análise de requerimento do Sisejufe para aumentar teto de R\$ 2 mil para R\$ 5 mil de pagamento de passivos fica para 2015

Max Leone*

O requerimento administrativo do Sisejufe feito ao Conselho de Justiça Federal (CJF) para que fosse aumentado o limite de R\$ 2 mil para R\$ 5 mil dos pagamentos de passivos a servidores da Justiça Federal somente deve ser analisado, e uma decisão tomada, no ano

que vem. Conforme consulta feita pelo Departamento Jurídico do sindicato à Secretaria-Geral do CJF, houve a determinação para que o pedido da entidade aguardasse a Proposta Orçamentária de 2015, tendo em vista não haver disponibilidade para o exercício de 2014.

Em maio desse ano, o Sisejufe protocolou requerimento no CJF

reivindicando o aumento do limite de pagamento. O argumento usado foi o de que o teto de R\$ 5 mil é adotado desde janeiro de 2013 pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Se for considerada pela Justiça Federal, a medida facilitará o pagamento dos retroativos de reenquadramentos de forma administrativa.

De acordo com levantamento feito pelo Sisejufe, a maior parte dos passivos de reenquadramento não chegaria ao patamar de R\$ 5 mil. Assim, os tribunais teriam condições de fazer os pagamentos sem solicitar recursos à Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), do MPOG. A alteração pode beneficiar cerca de dois mil servidores.

Segundo o Departamento Jurídico do Sisejufe, o requerimento administrativo recebeu o nº EXT-2014/2042. Em 9 de junho de 2014 houve despacho determi-

nando a juntada do requerimento no CS-PPN-2012/89, tendo em vista tratar da mesma matéria. Em 30 de julho, o PPN foi encaminhado para a Subsecretaria da Seção de Programação Orçamentária e Financeira.

Em 15 de agosto foi proferido despacho pela Secretária-Geral do CJF, para devolver o processo à Seção de Programação para aguardar a edição da Lei Orçamentária de 2015. O processo foi assim remetido e no momento está sobrestado.

*Da Redação.

Categoria garante inclusão de rec

Mobilização Ministra Rosa Weber, do STF, atende pedido da Fenajufe e concede liminar em mandad

A mobilização dos servidores do Judiciário Federal em todo o país, incluindo os do Rio, para garantir reajuste salarial demonstra que a categoria está no caminho certo na luta pela aprovação do PL 7.920/2014



Fotos: Max Leone

Max Leone *

Após reunião que ocorreu em 29 de outubro com representantes da Fenajufe, a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Rosa Weber deferiu pedido de liminar para o Mandado de Segurança 33.186, impetrado pela Procuradoria-Geral da República (PGR). A decisão determina que o governo inclua no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLO) de 2015 a previsão de receitas aprovadas originalmente pelo Judiciário e pelo Ministério Público da União (MPU), que garante reajuste salarial para o Poder Judiciário Federal. O Sisejufe também entrou com mandado de segurança com o mesmo teor contra a Presidência da República e a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso.

A decisão da ministra foi tomada dois dias depois de os coordenadores da Fenajufe terem solicitado que Rosa Weber apreciasse os mandados de segurança que tratam do corte de orçamento do Judiciário e MPU. A ministra relatora então acatou os pedidos da federação. No texto da decisão publicado em 31 de outubro, ela resolveu “assegurar que as propostas

orçamentárias originais encaminhadas pelo Poder Judiciário, incluído o Conselho Nacional de Justiça, pelo Ministério Público da União e pelo Conselho Nacional do Ministério Público, sejam apreciadas pelo Congresso Nacional como parte integrante do projeto de lei orçamentária anual de 2015”.

A ministra Rosa Weber ressaltou que sua decisão tem respaldo no poder geral de cautela e no princípio constitucional da proporcionalidade, de forma a assegurar que as propostas orçamentárias originais encaminhadas pelo Poder Judiciário, incluído o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pelo MPU e pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), anexas à Mensagem Presidencial 251/2014, sejam apreciadas pelo Congresso Nacional como parte integrante do projeto de lei orçamentária anual de 2015. Isso significa dizer que os recursos para a reposição salarial e para a carreira da categoria judiciária estarão previstos no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLOA).

Dando continuidade à mobilização, as entidades sindicais de todo país, incluindo o Sisejufe, intensificarão os trabalhos na pressão sobre o Congresso Nacional para que o PL 7.920 siga em tramitação.

A Fenajufe convocou, ainda, Reunião Ampliada para o dia 30 de novembro. A pauta prevê espaço para informes da Fenajufe e das entidades; Campanha Salarial 2014 e 2015; Graiel e encaminhamentos do II Seminário Nacional da Fenajufe sobre saúde e Processo Judicial Eletrônico (PJe).

Continua a luta pelo PL 7.920

E a luta pelo PL 7.920 continua em todo o país, enquanto o governo federal não apresentar, como prometido, contraproposta para reposição salarial. No Rio, os servidores do Judiciário Federal têm demonstrado disposição de luta e participado das atividades convocadas pela

direção do sindicato. A mais recente foi o Ato Unificado, em 22 de outubro, pela aprovação do PL e a suspensão da resolução que extinguiu 256 FC no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1). Na ocasião, o ato reuniu centenas de servidores nas escadarias do prédio do Tribunal, na Antônio Carlos, intensificando a mobilização.

No mesmo dia, em Brasília, servidores cobraram negociação rápida com o Executivo pelo reajuste em ato nacional em frente ao STF. A atividade fez parte do calendário da Fenajufe pela Campanha Salarial 2014. Houve princípio de confusão quando servidores começaram a tomar a Praça dos Três Poderes para

montar uma tenda no local. A Polícia Militar do Distrito Federal não queria permitir a montagem e acabou agredindo alguns manifestantes com spray de pimenta. Apesar da repressão policial, depois de muita insistência, os servidores conseguiram instalar o equipamento para se proteger do forte sol.

No Rio outra manifestação, promovida pela direção do Sisejufe, ocorreu em 15 de outubro com Ato Unificado em frente ao edifício sede do TRT1, na entrada da Rua da Imprensa, pela aprovação do PL 7.920/2014. A manifestação seguiu o indicativo da Fenajufe de manter as mobilizações até o fechamento de acordo que assegure a re-



Requisitos para reajuste no Orçamento

Medo de segurança sobre corte de orçamento

Rosa Weber ressaltou que sua decisão tem respaldo no poder geral de cautela e no princípio constitucional da proporcionalidade

posição das perdas salariais acumuladas pela categoria. O diretor-presidente do Sisejufe, Valter Nogueira Alves, lembrou aos servidores presentes no ato que as negociações pelo reajuste salarial não surgiram por esse momento. “É um processo que vem desde o início do ano. Nós precisamos entender o que está acontecendo para saber para onde vamos caminhar. Desde 2008, nunca vivemos um cenário tão favorável. Os presidentes do STF, ministro Ricardo Lewandowski, e do STJ, ministro Fran-

cisco Falcão, defendem nossas reivindicações salariais. Há perspectiva por conta da postura do ministro Lewandowski de buscar negociação com o Executivo. O Sisejufe também tem feito várias articulações políticas em busca de diálogo. Reunimos-nos com o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho. Eu confio que vamos ganhar o reajuste. Mas a categoria também tem que se mobilizar”, afirmou o dirigente do Sisejufe.

Outras manifestações ocorreram em outubro. No dia 8, os funcionários do Judiciário, juntamente com o sindicato, participaram de atos no Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRFe) na rua do Acre, na Justiça Federal da avenida Rio Branco e na Almirante Barroso; no Tribunal Regional do Trabalho (TRT1) da rua do Lavradio e no Tribunal Regional Eleitoral (TRE), na Presidente Wilson. Na ocasião, os servidores foram informados



sobre o andamento das articulações para tentar reverter o corte feito pela presidenta da República, Dilma Rousseff, nas propostas orçamentárias.

O diretor-presidente do Si-

sejufe, Valter Nogueira Alves, apontou aos servidores, no TRE, que as mobilizações são importantes e que precisam vir acompanhadas de interlocuções políticas para que haja avanços

nas negociações. “E é isso que o sindicato tem feito”, ressaltou Valter Nogueira.

*Da Redação.

Vitória contra separação das carreiras

Persistência e mobilização tiraram de cena a carreira exclusiva agora só falta o reajuste

Max Leone e Tais Faccioli*

A persistência da direção do Sisejufe em conjunto com os servidores do Judiciário Federal do Rio e de todo o país na luta contra a criação da carreira própria do Supremo Tribunal Federal (STF) obteve resultado positivo. A proposta de ter planos de carreira próprios para os servidores dos tribunais superiores foi barrada. Diante

da pressão de toda a categoria, a iniciativa não prosperou. O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Conselho da Justiça Federal (CJF), ministro Francisco Falcão, determinou o sobrestamento (suspensão) do processo administrativo que trata do assunto no STJ e no CJF. A medida foi apresentada à Presidência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2) por meio do ofício CJF-OFI-2014/04395,

assinada pelo ministro no dia 30 de setembro.

O presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, chegou a se reunir para tratar do assunto com representantes da Associação dos Servidores do Supremo Tribunal Federal (Astrife). No entanto, ele adiantou que não poderia encaminhar a proposta naquele momento, pelo fato de que o PL 7.920/14 - que estabelece novo plano de carreira para todo o funcionalismo do Judiciário -, estava em tramitação no Congresso Nacional. A ideia de criar uma carreira exclusiva no STF sempre foi



rechaçada pelos servidores de outros tribunais e de instâncias inferiores da Justiça. A Fenajufe e o Sisejufe sempre criticaram duramente a iniciativa.

Apesar da vitória, os servi-

dores não devem descansar, pois ainda precisam se manter mobilizados por conta da aprovação do PL 7.920/2014, proposta que garante reajuste para a categoria.



Oficina

Técnicas de contação de histórias de matriz africana e afro-brasileira

Escola do Professor



SinproRio

Associação dos Professores do Município do Rio de Janeiro e Região

Associações e inscrições: 2262-3448

escola@sinprorio.org.br

www.sinprorio.org.br

Sábado, 8 de novembro das 9 às 13h

Local: Sinpro-Rio - Subsele Madureira (Rua Carolina Machado, 530, salas 210, 211 e 212)

O ativista sindical

Artigo “Há sempre novas conquistas, apesar de todos os riscos. O caminho é longo, mas é bonito”

Pouco importa se você sobe ou desce a serra, e depois sobe novamente para outra e novamente desce, e se desloca para outra localidade, em apoio aos companheiros sistematicamente pressionados a não participarem de qualquer mobilização, com ameaças de retaliações, inclusive

Pedro Paulo Leal*

Em meio a tantas campanhas, reivindicações, mobilizações, manifestações sobre carreira, um assunto extremamente importante acaba ficando esquecido. É o ativismo sindical, desempenhado por aqueles que, sendo diretores ou não dos sindicatos representantes de sua categoria, recebem sobre si os encargos oriundos de uma luta que beneficiará a todos.

Ainda que o ativista, em seu ambiente particular de trabalho, receba a compreensão de seus superiores hierárquicos mais diretos, pois acompanham de perto a dedicação empreendida nas atividades sindicais, o que prevalece sempre é “a mão invisível” institucional que, por meio de seus “tutorizados”, continuam a imprimir, veladamente, a mensagem de que tudo é compreensível, desde que as regras sejam estritamente cumpridas.

Não há ativista que já não tenha escutado a seguinte pérola: “Nós apoiamos a atividade sindical; reconhecemos a importância de uma luta que é justa a todos; sabemos o grande significado que um sindicato tem para o avanço das conquistas sociais...”; e de blá-blá-blá em blá-blá-blá, vem a pérola final “... porém é preciso fazer a compensação do horário...”.

A contradição “cartesiana” demonstra a irreflexão que esse argumento, utilizado com demasia - ou tentativa de maestria - traz em si. Afinal, se juntarmos todas as horas oriundas das necessidades pessoais de cada um, seja um filho na escola, uma demanda médica, um cuidado com os pais ou o tempo dedicado aos estudos, e somando aí a vontade de se dedicar ao exercício sindical, fica impossível a compensação de todas as horas, inviabilizando qualquer participação efetiva no trabalho sindicalista.

Seria até perda tempo argumentar que acordou às 5h da manhã, para se preparar e sair rumo àquela cidade distante 400 km da sede sindical, para levar material de apoio e palavras de incentivo aos companheiros que, distante da capital, encontram enormes obstáculos em suas mobilizações. Sem esquecer que o retorno ao lar, após quatro horas de ida, mais quatro horas de volta, se dá normalmente por volta de 9h da noite.

Pouco importa se você sobe ou desce a serra, e depois sobe novamente para outra e novamente desce, e se desloca para outra localidade, em apoio aos companheiros sistematicamente pressionados a não participarem de qualquer mobilização, com ameaças de retaliações, inclusive. Saídas para assembleias e, após ao comparecimento



Foto: Acervo Sisejufe

de reuniões, onde o que foi decidido minutos antes ganha as medidas necessárias para se tornarem reais. Nada disso é levado em conta.

Você é um ativista sindical e ponto. Para você aquela costureira chegada de 30 minutos de atraso, o almoço de 10 minutos que vira 40 ou a fugida para aquele trago no cigarro que ao longo do dia se transformam em menos de uma hora de trabalho, nada disso vale para a comparação. Seu trabalho tem que ser integral, assim exige a “mão invisível”, que se cerca de normas, portarias, resoluções, enfim de um ordenamento jurídico que somente vale o que está escrito, ainda que esse escrito seja aplicado apenas a você, ativista sindical.

Outro argumento a seu desfavor são as catracas eletrônicas que, dia a dia, em prol da “eficiência administrativa” são instaladas em todos os ramos do trabalho, público ou privado. E o sorriso sutil, os comentários “sugestivos” de que todo o tempo não rigorosamente cumprido

pode ser constatado. Ignoram, talvez por falta de informação suficiente, que o simples mencionar desse fato já se configura no assédio moral, e que todo e qualquer levantamento informal ou extra oficialmente, individual, é passível de judicialização tanto para quem solicitou a informação quanto para aquele que, sem o amparo legal, a tenha fornecido. Constata-se que, nessa hora, todo o ordenamento jurídico citado acima é descon siderado.

Para quem ainda se impressiona com as ameaças surgidas em todos os níveis de hierarquia funcional, vale lembrar que esse tipo de informação só é possível - enquanto não exista regulamentação que a sustente - em caso de levantamento estatístico geral. Esmiuçando, não pode se limitar a um trabalhador unicamente ou a uma unidade específica, mas ao conjunto dos trabalhadores daquele ramo de atividades, sem distinção de graus hierárquicos existentes.

Ainda assim, nem adianta argumentar que suas ausências

não prejudicam o ambiente de trabalho, nem sobrecarregam o seu colega ao lado, já que, ciente de suas obrigações, consegue manter o trabalho delegado perfeitamente em dia. Desista, assumo que se ausentou e pronto, Não desperdice seu tempo. Você já está cunhado. Grevista para uns, malandro para os outros, assim é o ativista sindical.

E também não vá perder tempo em apontar as contradições institucionais. Afinal, em tempos de teletrabalho é difícil admitir que, se você é capaz de trabalhar em casa ou qualquer outro local, gerindo seu horário com autonomia, desde que cumpridas às metas estabelecidas, você não pode, após cumprir suas metas no próprio local de trabalho, se dedicar ao ativismo sindical. Contradição das contradições, tudo é contradição.

A gaiola está ali, prontinha, certinha. “Sala refrigerada, água, cafezinho, cadeira ergonômica, para que se mexer?” Ou então coladinho ao pelourinho nosso de cada dia, garantido pelas benesses concedidas pela “mão invisível”. Mas para o ativista sindical nada disto basta, ele é chato, se veste mal, tá com suor no rosto. E ninguém entende que esse suor é reconfortador, pois é fruto das opções políticas e ideológicas que, lá atrás, foram tomadas. Viraram convicções, cresceram e se fortaleceram para romper o silêncio e denunciar as situações ilusórias de conforto, que num simples mexer fazem pesar as correntes que nos aprisionam. As opções foram tomadas, as escolhas foram feitas, só nos resta seguir. Há sempre novas conquistas, apesar de todos os riscos. O caminho é longo, mas é bonito. E roubando a palavra do companheiro sindical Jacy Afonso, “Sindicatar é preciso”.

*Pedro Paulo Leal é representante base do Sisejufe e servidor da Justiça Federal/Almirante Barroso.

A luta pelo adicional de 100% ou folga dobrada sobre o trabalho em recesso no TRT1

Artigo “Copiar a Justiça Federal para beneficiar não pode, mas seguir as metas para “tirar o coro”, aí tudo bem.”

Por David Cordeiro*

É lamentável a ginástica jurídica feita por um Tribunal do Trabalho para tentar negar a seus servidores aquilo que é pacífico na legislação trabalhista: o trabalho em feriado é pago com adicional de 100% da hora-normal. Basta perguntarmos aos secretários calculistas para saber que isso é verdade. Mas não para nós.

De acordo com parecer exarado pela colega Paula Carvalho de Vasconcelos, assistente jurídica da Assessoria Jurídica (AJU) da Presidência do TRT1, os dias compreendidos entre 20 de dezembro e 6 de janeiro não são dias de feriado, embora a lei, no caso, o artigo 62 da Lei 5.010/66, diga o contrário! Também não importa para a colega que o artigo 7º - II da Resolução 123/2013 do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) diga que se aplica o percentual de 100% sobre a jornada realizada em domingos, feriados e recessos previstos em



lei, independentemente de ser feriado ou não, esse período.

Para nossa colega, o recesso é dia normal de trabalho, como o é a segunda ou a quinta-feira. E como justificativa para essa tese, apresenta a seguinte novidade: para o recesso ser considerado feriado, deveria haver uma lei específica, para a Justiça do Trabalho, que dissesse isso. Não

basta a Lei 5.010/66 que criou o recesso para todo o Judiciário Federal! Nesse caso, fica sem explicação por que nosso Tribunal mantém um regime de funcionamento em plantões, ao invés de mandar todo mundo vir trabalhar normalmente no período de recesso. Bondade?

Reconhece ainda a assistente jurídica, que a Justiça Federal entende como feriado os dias trabalhados no recesso, por força de resolução do Conselho da Justiça Federal (CJF), mas o mesmo não pode ser aqui aplicado porque no nosso recesso há expediente interno! E na Justiça Federal, não há? Dá para imaginar que lá não funcionem os serviços de pagamento, licitação, segurança, manutenção predial e pagamento de fornecedores durante o recesso?

No parecer também não se olvida que o artigo 8º da Resolução 123/2013 dispõe sobre formas distintas de sobrejornada: a) durante a semana, somente é hora-extra a prestada após a oitava hora; b) para as horas prestadas aos sábados, domingos, feriados e recessos previstos em lei, a sobrejornada limita-se à jornada diária,

A Justiça Federal entende como feriado os dias trabalhados no recesso, por força de resolução do Conselho da Justiça Federal (CJF), mas o mesmo não pode ser aqui aplicado porque no nosso recesso há expediente interno! E na Justiça Federal, não há? Dá para imaginar que lá não funcionem os serviços de pagamento, licitação, segurança, manutenção predial e pagamento de fornecedores durante o recesso?

podendo ser prorrogada por mais duas horas. Por outras palavras, vai do início dessa jornada e pode ser prorrogada por mais duas horas além do final. E tal distinção produz percentuais diversos no adicional. Mesmo assim, nossa colega Paula Carvalho de Vasconcelos entende que a sistemática da hora-extra durante a semana é a mesma quando prestada em recesso, que, segundo ela, é dia normal de trabalho. Então fica a pergunta: por que a resolução fez distinção de percentual de acordo com os dias em que a sobrejornada é prestada, colocando o recesso de um lado e os dias úteis no outro? Não deveria ter um só percentual?

E tenta-se ainda justificar o trabalho no recesso quando da criação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT). Cita-se, para isso, o Ato 280/2011 do CSJT, que admite o trabalho extra em situações excepcionais e temporárias. Mas Paula Carvalho esquece, no parecer, de dizer que a CNDT foi criada em junho de 2011 e o TRT1 determinou o início dos trabalhos somente em 21 de novembro de 2011.

Portanto, a excepcionalidade do trabalho existiu apenas por causa da demora do Regional e muito menos se tratava de trabalho temporário, haja vista que até hoje se faz a certidão. Assim, a assistente jurídica trouxe o pior dos exemplos possíveis. É engraçado: copiar a Justiça Federal para beneficiar não pode, mas seguir as metas para “tirar o coro”, aí tudo bem.

Posição do Sindicato

O sindicato fundamenta sua posição na exigência de isonomia entre os servidores de mesma carreira e que a Lei 5.010/66 é a que regulamenta o recesso na Justiça do Trabalho, não necessitando de mais de nenhuma lei que disponha a respeito.

* David Cordeiro é analista judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT1), no Rio de Janeiro. O artigo foi motivado pela resposta negativa dada pela Presidência do órgão ao requerimento feito pelo Sisejufe para que o direito fosse reconhecido. Já há um recurso do Sisejufe contra a decisão.

MARXISMO E FILOSOFIA CONTEMPORÂNEA

De 13/11 a 18/12
Com certificação

Professor: **Roberto Ponciano**

Presencial e Online
Carga Horária Total: **30 Horas**

Conteúdo:
1. Marx - Ideologia, inversão do mundo, "boa" e "má" ideologia, Dialética.
2. Violência em Marx, é possível se falar numa ética marxista?
3. Teses sobre Feuerbach, base da filosofia marxista.
4. Althusser, aparelhos ideológicos de Estado, sujeitos coletivos.
5. Badiou, Evento, Ruptura, Simulacro, Traição.
6. Marx e Lukács, Fetichismo e Alienação.
7. Marx e Mézários, para além do capital.

A atualidade do Marxismo

Prata da Casa Novo livro de Roberto Ponciano sustenta que Marx previu todas as crises do capitalismo

Tais Faccioli*

O Marxismo está vivo como ferramenta de análise da realidade. E por isso, não há como explicar o mundo contemporâneo sem ler Karl Marx. É o que aponta o sindicalista e mestre em Filosofia Roberto Ponciano em seu mais recente livro “Marxismo e Filosofia contemporânea”, que será lançado no começo de novembro. A publicação é parte da pesquisa que Ponciano fez para sua dissertação de mestrado em Filosofia. É seu primeiro livro acadêmico. As outras três produções tinham conteúdo literário.

“Essa obra pode ser usada para quem está fazendo Ciências Sociais, Sociologia, História, inclusive como referência para dissertação”, afirma Ponciano, que também é representante de base do Sindicato dos servidores das Justiças Federais no Estado do Rio de Janeiro (Sisejufe) e coordenador da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe).

O mestre e sindicalista defende no novo livro a tese de que a Filosofia Marxista previu as grandes crises do capitalismo ao longo dos anos: “O tema é atual e necessário. Não há alternativa para a grande maioria da humanidade no capitalismo”.

Roberto Ponciano é mais um personagem que o “Projeto Prata da Casa” apresenta ao funcionalismo do Judiciário Federal no Rio. Iniciativa do Departamento de Cultura do Sisejufe, tem por objetivo descobrir, divulgar e dar espaço a servidoras e servidores que possuam talentos artísticos e literários fora do serviço público.

Confira, a seguir, a entrevista concedida ao Contraponto:

Contraponto – Como surgiu a ideia do livro?

Roberto Ponciano – Esse livro é parte do meu estudo de mestrado em Filosofia. Hoje em dia você não tem linhas de pesquisa na Filosofia ligadas a Marx. Você tem que dialogar com

alguma outra linha de pesquisa e o diálogo foi com a Filosofia Contemporânea Francesa, principalmente com o filósofo Alan Badiou. Mostro os encontros e as diferenças entre Marx e Badiou. Eu trabalhei também com Louis Althusser, Antonio Gramsci e István Mészáros, esse último, é o mais importante filósofo marxista contemporâneo. Mas o livro também é uma forma de dizer que o Marxismo está vivo com ferramenta dialética de análise da realidade.

Contraponto – O que o leva a afirmar que a Filosofia Marxista previu as grandes crises do capitalismo?

Roberto Ponciano – Na crise de 2008, por exemplo, que foi uma crise de superabundância, de falta de demanda, os empregos sumiram nos Estados Unidos. Foram exportados. E o país entrou em crise. Uma crise que você somente consegue explicar pelo Marxismo. A Filosofia de Marx prevê essas grandes crises do capitalismo, crise crônicas, estruturais, dos limites do capitalismo. Marx não pregou o rentismo (princípio que visa ao lucro financeiro pela aplicação de capitais), mas apontava para a predominância do capital morto para o capital vivo, que é o que acontece nos dias de hoje. O capitalismo sofre de uma crise de rentismo, de uma crise de superabundância, de falta de demanda. É aí onde os empregos vão sumindo. Os melhores empregos ficam restritos ao Primeiro Mundo. Os empregos de menor salário, que eram importantes para manter a economia no mundo capitalista plenamente desenvolvido, quando são exportados para a Ásia, para a China, para outros países, provocam a crise que estamos vendo. Espanha com 24% e Itália com 13% de desemprego e Alemanha entrando em recessão, não tem como explicar o mundo contemporâneo sem ler Marx.

Contraponto – Quem mais sofre os efeitos do capitalismo, em sua opinião?

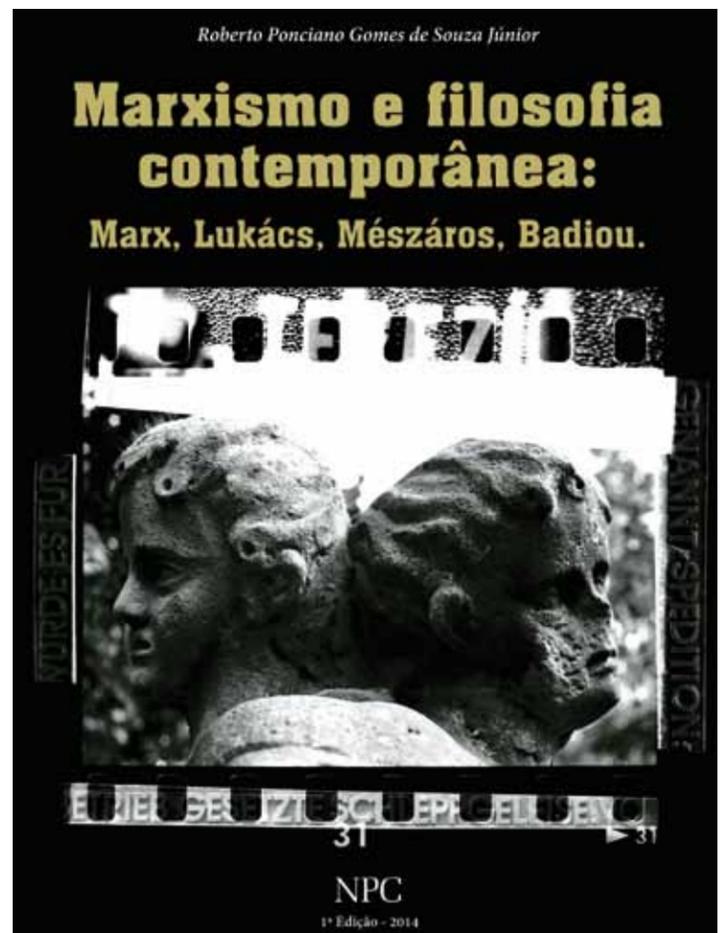
Roberto Ponciano – Não há possibilidade de todos os países se desenvolverem no capitalismo. Ele pressupõe estruturas hierárquicas e desiguais. A África, por exemplo, foi abandonada a própria sorte. É produtora de commodities e de guerra. Não há alternativa de futuro para a África no capitalismo. Mesmo na América Latina, as possibilidades de autonomia são limitadas. A gente vive governos chamados de “pós-neoliberais”. Mas as alternativas são limitadas e que vão somente até certo ponto. A gente vai ter que passar para as políticas anticíclicas, de políticas anticíclicas para políticas antineoliberais. A gente vai ter que passar por políticas anticapitalistas. Não há como rompermos essas estruturas de dominação, de comércio desigual, de endividamento no capitalismo.

Contraponto – O Marxismo não é uma utopia nos dias de hoje?

Roberto Ponciano – Eu não sou utópico. Não acredito em ruptura sem sujeitos coletivos. É necessário você criar partido, é necessário você trabalhar em sindicato, é necessário você criar consciência de classe, não há alternativa a isso. Os grandes momentos de movimentos revolucionários foram ou por grandes partidos políticos ou por grandes movimentos unitários que se assemelhavam a partidos políticos: a Grande Marcha de Mao Tsé-Tung na China, o Partido Bolchevique na União Soviética... Então, o Marxismo é a única ferramenta que eu vejo que faz a análise e afirma: “tenho uma alternativa”. No capitalismo, a produção é social e a expropriação é individual. A alternativa ao capitalismo foi, e será o Socialismo”.

Contraponto – Esse tema tem relação com a sua militância política?

Roberto Ponciano – Sim. Em determinado momento eu sinto falta de leitura acadêmica porque a militância política não pode ser cega, não se pode cair no ativismo cego. A práxis é teoria – prática – teoria. Há determi-



nados partidos no Brasil que efetivamente apontam em revolucionarismo que não tem nada que ver com a prática. Têm 0,1% de representação na população, mas agem como se estivessem às vésperas da Revolução de Outubro. Então a teoria sem a prática também é uma tolice. É fundamental caminhar junto. Em todos os partidos de esquerda (PT, PSOL, PSTU, PCdoB, PCB) há um déficit absurdo de formação e isso vai repercutir no pragmatismo político que vai do nada a lugar nenhum. Eu senti falta disso. Fui estudar, fiz mestrado em Filosofia, estou fazendo pós-graduação em Economia na Unicamp porque, efetivamente, sem entender o mundo em que vivemos, agimos de forma cega. Esse livro é um livro militante, intelectual orgânico comunista, marxista, revolucionário... Eu não abdiquei de nenhuma das minhas ideias.

Contraponto – Que mensagem que você deixa aos leitores dessa obra?

Roberto Ponciano – Com a crise de 2008, o Marxismo voltou à tona. Para as pessoas

que nunca leram Marx esse livro serve como impulso. Leiam e se abram à ideia da crítica ao capitalismo. Não precisa virar marxista. Serve apenas para entender. Marx não foi um grande criador de utopias, foi o maior teórico do capitalismo. É bem ruim a visão ortodoxa do papel do indivíduo dentro do Marxismo. Pode chegar à negação do indivíduo. Muita gente na década de 1960 morria pela revolução mas não sabia o que era viver pela revolução. A gente precisa de uma teoria que também nos dê práticas de vida. Não somente práticas para a morte. Sem a negação do capitalismo é impossível superar a alienação. Não quero resolver todas as questões do Marxismo. Acho que vou deixar as pessoas com mais dúvidas do que certezas. Esse é o papel de um bom livro.

Serviço

“Marxismo e Filosofia Contemporânea” está à venda na Livraria Antonio Gramsci, localizada na rua Alcindo Guanabara, 17, Térreo, Cinelândia, Centro do Rio.

Descoberta de talento – Se você é servidor do Judiciário Federal do Rio, tem veia artística, seja em que área for, e quer um espaço para ver seu trabalho divulgado, entre em contato com o Sisejufe. Quem sabe o próximo personagem do Prata da Casa não seja você? Envie seu contato com alguns detalhes de seu trabalho para imprensa@sisejufe.org.br.